

Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 1.156.930 - RJ
(2009/0028038-3)**

RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
PROCURADOR : MARIA DE FÁTIMA RAMOS OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

ADMINISTRATIVO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – INTERESSE DE MENOR – REMOÇÃO DE LIXO – LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. Primeira Turma deste Tribunal entende que o Ministério Público tem legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada.

2. A legitimidade ativa, portanto, se afirma, não por se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas por se tratar de interesse individual indisponível.

3. A Segunda Turma, na assentada de 28.8.2008, por unanimidade, ratificou o entendimento acima esposado, ao julgar o REsp 993.431/MG.

Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques, Eliana Calmon e Castro Meira votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 10 de novembro de 2009(Data do Julgamento)

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Relator

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 1.156.930 - RJ (2009/0028038-3)

RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
PROCURADOR : MARIA DE FÁTIMA RAMOS OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS
(Relator):

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS contra decisão de minha lavra que negou provimento ao agravo de instrumento, e ficou assim ementada: (fl. 245e)

"ADMINISTRATIVO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS E INDISPONÍVEIS – AGRADO IMPROVIDO."

Em suas razões, alega a agravante, em síntese, que *"verifica-se que a r. decisão, ao não acolher a preliminar argüída pelo réu, violou o disposto no art. 267, Inciso VI, do Código de Processo Civil, visto que não tem o Ministério Público legitimidade para defender interesse de apenas um menor"* (fl. 255e).

Instada a manifestar-se (fl.259e), o agravado assevera que *"conforme explicitado na r. decisão agravada, a legitimidade ativa do Ministério Público para ajuizamento da ação civil pública em defesa de interesse coletivo não se desvirtua quando o interesse do grupo de beneficiários eventualmente coincide com o interesse individual de um de seus integrantes, na verdade, importa, apenas, a reivindicação de um direito de amplo espectro, pois vinculado a todos os integrantes desse grupo"* (fl. 267e).

É, no essencial, o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.156.930 - RJ (2009/0028038-3)

EMENTA

ADMINISTRATIVO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – INTERESSE DE MENOR – REMOÇÃO DE LIXO – LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. Primeira Turma deste Tribunal entende que o Ministério Público tem legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada.

2. A legitimidade ativa, portanto, se afirma, não por se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas por se tratar de interesse individual indisponível.

3. A Segunda Turma, na assentada de 28.8.2008, por unanimidade, ratificou o entendimento acima esposado, ao julgar o REsp 993.431/MG.

Agravo regimental improvido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS
(Relator):

Não prospera o inconformismo.

Insurge-se o recorrente contra acórdão que confirmou a legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública pleiteando medicamentos.

O objeto do presente recurso já foi enfrentado pela Primeira Turma deste Tribunal, e o entendimento esposado é de que o Ministério Público tem legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada.

A questão se resolve pelo art. 127 da Constituição, segundo o qual "*o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*".

Da análise detida dos autos, verifica-se que os interesses tutelados são inquestionavelmente individuais, indisponíveis. Busca-se, com efeito, tutelar os direitos à vida e à saúde de que tratam os arts. 5º, *caput*, e 196 da Constituição

Superior Tribunal de Justiça

em favor de criança. A legitimidade ativa, portanto, se afirma, não por se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas por se tratar de interesse individual indisponível.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MENOR PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA. DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO RECONHECIDA.

1. O Ministério Público tem legitimidade para propor Ação Civil Pública visando à proteção de direitos individuais indisponíveis do menor.

2. Recurso Especial parcialmente conhecido e não provido."

(REsp 984.078/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 28.10.2008, DJe 9.3.2009.)

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. ESTATUTO DO IDOSO. MEDICAMENTOS. FORNECIMENTO.

1. Prevaleceu na jurisprudência deste Tribunal o entendimento de que o Ministério Público tem legitimidade ativa ad causam para propor ação civil pública com o objetivo de proteger interesse individual de idoso, ante o disposto nos artigos 74, 15 e 79 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

2. Precedentes de ambas as Turmas que compõem a Seção de Direito Público.

3. Recurso especial provido."

(REsp 955.911/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 21.3.2008, DJe 7.4.2008.)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. MENOR. DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES DO STF E STJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

1. A Primeira Seção deste Tribunal Superior pacificou o entendimento das Turmas de Direito Público no sentido de que o Ministério Público possui legitimidade para ajuizar medidas judiciais para defender direitos individuais indisponíveis, ainda que em favor de pessoa determinada: EREsp 734.493/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 16.10.2006; EREsp 485.969/SP, Rel. Min. José Delgado, DJ de 11.9.2006.

Superior Tribunal de Justiça

2. No mesmo sentido, os recentes precedentes desta Corte Superior: EREsp 466.861/SP, 1ª Seção, Rel. Min Teori Albino Zavascki, DJ de 7.5.2007; REsp 920.217/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 6.6.2007; REsp 852.935/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 4.10.2006; REsp 823.079/RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 2.10.2006; REsp 856.194/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 22.9.2006; REsp 700.853/RS, 1ª Turma, Rel. p/ acórdão Min. Luiz Fux, DJ de 21.9.2006; REsp 822.712/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 17.4.2006.

3. Embargos de divergência providos."

(EREsp 737.958/RS, Rel. Ministra Denise Arruda, julgado em 12.9.2007, DJ 15.10.2007, p. 219.)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. LEGITIMATIO AD CAUSAM DO PARQUET. ART. 127 DA CF/88. DIREITO À SAÚDE.

1. O Ministério Público está legitimado a defender os interesses transindividuais, quais sejam os difusos, os coletivos e os individuais homogêneos.

2. É que a Carta de 1988, ao evidenciar a importância da cidadania no controle dos atos da Administração, com a eleição dos valores imateriais do art. 37, da CF/1988 como tuteláveis judicialmente, coadjuvados por uma série de instrumentos processuais de defesa dos interesses transindividuais, criou um microsistema de tutela de interesses difusos referentes à probidade da administração pública, nele encartando-se a Ação Cautelar Inominada, Ação Popular, a Ação Civil Pública e o Mandado de Segurança Coletivo, como instrumentos concorrentes na defesa desses direitos eclipsados por cláusulas pétreas.

3. Deveras, é mister concluir que a nova ordem constitucional erigiu um autêntico 'concurso de ações' entre os instrumentos de tutela dos interesses transindividuais e, a fortiori, legitimou o Ministério Público para o manejo dos mesmos.

4. Legitimatio ad causam do Ministério Público à luz da dicção final do disposto no art. 127 da CF/1988, que o habilita a demandar em prol de interesses indisponíveis.

5. Sob esse enfoque a Carta Federal outorgou ao Ministério Público a incumbência de promover a defesa dos interesses individuais indisponíveis, podendo, para tanto, exercer outras atribuições previstas em lei, desde que compatível com sua finalidade institucional (CF/1988, arts. 127 e 129).

Superior Tribunal de Justiça

6. In casu, trata-se de Ação Cautelar Inominada ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando que o Município custeie avaliação de tratamento médico especializado a pessoa portadora de varizes nos membros inferiores com insuficiência venosa bilateral, e recurso especial interposto contra acórdão que decidiu pela ilegitimidade ativa do Ministério Público para pleitear direito de outrem que não idoso, criança ou adolescente.

7. O direito à saúde, insculpido na Constituição Federal é direito indisponível, em função do bem comum, maior a proteger, derivado da própria força impositiva dos preceitos de ordem pública que regulam a matéria.

8. Outrossim, o art. 6.º do CPC configura a legalidade da legitimação extraordinária cognominada por Chiovenda como "substituição processual".

9. Impõe-se, ressaltar que a jurisprudência hodierna do E. STJ admite ação individual acerca de direito indisponível capitaneada pelo MP (Precedentes: REsp 688052 / RS, DJ 17.08.2006; REsp 822712 / RS, DJ 17.04.2006; REsp 819010 / SP, DJ 02.05.2006).

10. Recurso especial provido para reconhecer a legitimidade ativa do Ministério Público Estadual."

(REsp 817.710/RS, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17.5.2007, DJ 31.5.2007, p. 364.)

A Segunda Turma, na assentada de 28.8.2008, por unanimidade, ratificou o entendimento acima esposado, ao julgar o REsp 993.431/MG, de minha relatoria, cuja ementa guarda o seguinte conteúdo:

"ADMINISTRATIVO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO – DEVER DO ESTADO – LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. Discute-se nos autos a legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública contra município, visando a imposição do fornecimento de medicamentos a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.

2. Inexistente a alegada violação do art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional se ajustou à pretensão deduzida, conforme se depreende da análise do julgado recorrido.

3. Ao compulsar os autos, conclui-se que o Tribunal de origem, ao reformar integralmente a decisão de Primeiro Grau, considerou inadequada a propositura de ação civil pública para impor ao executivo municipal o fornecimento de medicamentos a

Superior Tribunal de Justiça

usuários do SUS, por entender indevida a invasão do Poder Judiciário na gestão de outro Poder da República.

4. O Ministério Público é parte legítima para propor ação civil pública, com o objetivo de tutelar direitos individuais indisponíveis, como o caso em tela; ou seja, direito à saúde, na forma da jurisprudência remansosa do STJ.

5. Impõe-se ao ente estatal, isto é, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o dever de assegurar aos hipossuficientes, in casu, pacientes do SUS, o fornecimento de medicação necessária ao tratamento de enfermidades, em nome da garantia à vida e à saúde.

Recurso especial provido."

Ante o exposto, não tendo o agravante trazido qualquer argumento que pudesse infirmar a decisão agravada, nego provimento ao agravo regimental.

É como penso. É como voto.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Relator

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
SEGUNDA TURMA**

Número Registro: 2009/0028038-3

**AgRg no
Ag 1156930 / RJ**

Números Origem: 20030030268704 200800130908 200813520600 200813713813

PAUTA: 10/11/2009

JULGADO: 10/11/2009

Relator

Exmo. Sr. Ministro **HUMBERTO MARTINS**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **HUMBERTO MARTINS**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **JOSÉ FLAUBERT MACHADO ARAÚJO**

Secretária

Bela. **VALÉRIA ALVIM DUSI**

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
PROCURADOR : MARIA DE FÁTIMA RAMOS OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
PROCURADOR : MARIA DE FÁTIMA RAMOS OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques, Eliana Calmon e Castro Meira votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 10 de novembro de 2009

VALÉRIA ALVIM DUSI
Secretária